

ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS DA QUESTÃO INDÍGENA ★

Gustavo Lins Ribeiro ★★

O objetivo central deste trabalho visa fornecer subsídios que ajudem a situar a trama complexa da questão indígena atual. É evidente que não temos a pretensão de cobrir todos os problemas com que se defrontam as populações indígenas, mas apenas tentar localizar pontos que contemporaneamente chamam a atenção de quem quer que esteja atento ao destino dos índios.

Como método expositivo dividimos o que segue em duas seções que dizem respeito aos últimos movimentos relativos aos dois lados da questão indígena, isto é, a sociedade brasileira e as diversas sociedades indígenas em conflito com ela. Devemos reconhecer a influência do pensamento do professor Roberto Cardoso de Oliveira, notadamente do seu discurso "Teses sobre o Indigenismo Brasileiro", proferido na Universidade de Brasília por ocasião do recebimento do "Prêmio Internacional para a Promoção do Entendimento Humano-1978", concedido pela "Organização Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial". No final do texto, dedicamo-nos, ainda que rapidamente, uma terceira seção, a propor uma definição de minoria social e a procurar entender melhor porque a discussão indigenista ainda permanece quase que totalmente estranha a várias áreas da intelectualidade brasileira.

★ Trabalho apresentado no "Seminário Sobre Minorias sociais" em 28 de maio de 1981, realizado em Campina Grande — Paraíba. Trata-se de texto corrigido de uma versão preliminar publicada no No. 21 (abril-junho) do "Boletim de Ciências Sociais", do Mestrado em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

★★ Antropólogo, professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFPb C. Grande.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano I	Nº 1	pgs. 45 - 54	jul. - dez./ 1982
-------------	----------------	-------	------	--------------	-------------------

A SOCIEDADE NACIONAL BRASILEIRA

Como se sabe, a dominação que exerce a sociedade brasileira sobre as populações indígenas não é recente. Ao contrário, desde a chegada dos primeiros colonizadores a estas terras, os nativos que aqui se encontravam têm sido vítimas de todos os tipos de violências. Estas variam das culturais, como o “desrespeito” às formas de produzir e pensar diversas àquelas do colonizador, até às físicas, com o conseqüente extermínio da maior parte da população que secularmente habitava a região. Salientemos que estes “tipos” de violência entrelaçam-se e constituem aspectos de um mesmo processo. Muitas vezes, para cometer uma violência cultural a violência física foi usada e muitas vezes uma violência física aparece como apenas uma violência cultural.

Toda vez que a sociedade “branca” adentrava ou se interessava por um novo território, foram as sociedades indígenas que pagaram os preços mais altos da expansão. Mais contemporaneamente, desde os kaingang que no princípio do século foram vítimas de violentos ataques no sul do país para a construção de uma ferrovia, até os parakanã, waimiri-atroari, yanomami, nambiquara, por exemplo, os índios vêm sendo alvo das facetas mais negativas da nossa sociedade por se encontrarem diante do gigantesco e poderoso trator que a tudo derruba sem consideração, e que é mais conhecido como desenvolvimento econômico.

Apesar do conflito que vem levando ao desaparecimento sistemático dos indígenas ser da idade da história do nosso país, ele só eventualmente é alçado ao nível de questão nacional. E isto só ocorre quando acontecem fatos que provocam o posicionamento de setores mais esclarecidos da sociedade brasileira — como massacres, por exemplo. De certo modo, tudo se passa como se o aparecimento em cena do índio concreto, envolvido num conflito de vida ou morte pela sobrevivência de sua sociedade e de sua cultura, rompesse o esquema de sua imagem genérica na sociedade nacional: o índio símbolo de brasilidade ou de romântico relacionamento com a natureza. Falamos que aqui era terra dos Cariri, mas não nos perguntamos onde foram parar os Cariri.

Recentemente a questão do índio veio à tona como grande questão nacional mobilizando a sociedade civil. O Estado, que de há muito vem sendo discutível tutor, através da Fundação Nacional do Índio — FUNAI (ex-Serviço de Proteção aos Índios), passou a mostrar-se bastante interessado em

desvencilhar-se do problema que representam os índios que manipulam boa parte dos aparatos sócio-culturais de nossa sociedade, sendo lideranças políticas junto às suas comunidades e gozando da tutela garantida por lei. Trata-se do Projeto de Emancipação dos Índios que se espera devidamente fora de questão desde 1978. Este projeto abria uma brecha onde as comunidades ou indivíduos indígenas — sobretudo, acredita-se, aqueles que mais veementemente se posicionam pela continuação de suas sociedades e culturas — passariam a ter as condições de brasileiro comum, isto é passível de todos os rigores da legislação de nossa sociedade. Além disso, a Emancipação viria também acompanhada da possibilidade da venda das terras tribais — o ponto mais central de todo conflito relativo à questão indígena. Não é difícil de imaginar o que representaria para os grupos indígenas a venda de suas terras obedecendo à lógica da acumulação capitalista e não à de suas economias. Via-se este como o último e fatal golpe dado a dezenas de comunidades.

É, então, no bojo dessa questão da emancipação, que a consciência nacional — principalmente nas grandes capitais — se levanta e começa | por todo o país um grande movimento contra o Projeto de Emancipação dos Índios. É interessante frisar que este movimento parte de entidades da sociedade civil e, num sentido amplo, forma-se e cresce extra-partidos políticos existentes. São entidades da sociedade civil principalmente ligadas à intelectualidade. Os antropólogos, formando o setor socialmente visto como abalizado para opinar cientificamente sobre a questão indígena, tiveram papel importante. De importância também foi a atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) da Igreja Católica. Desta forma, grandes concentrações a favor do direito dos índios foram realizadas em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Já se notava anteriormente no país o surgimento de algumas entidades da sociedade civil congregando grosso modo profissionais liberais, professores, jornalistas e estudantes, que tinham por objetivo especificamente trabalhar pela causa indígena. Mencione-se, por exemplo, a ANAÍ — Associação Nacional de Apoio ao Índio, fundada em Porto Alegre, em 1977. Com a questão da emancipação, na qual se engajaram as entidades já existentes, houve como um sopro de consciência na opinião pública nacional sobre a gravidade da situação das diversas nações indígenas. O resultado foi o surgimento, a partir do movimento contra a emancipação, de diversas entidades no país inteiro. Em 1979 cresce o interesse pela causa indígena bem como o número dos nela diretamente engajados. Ao que tudo indica, 1979 foi o ano — no

rescaldo da questão da emancipação — do pique nacional de organização da sociedade civil no tocante à questão indígena. Passam a existir no país, de Norte a Sul, diversas ANAIs, Comissões Pró-Índio (como as do Rio de Janeiro e São Paulo), Grupos de Apoio ao Índio, Grupos de Estudo da Questão Indígena, etc. A questão chegou a sensibilizar políticos que começaram a colocar mais intensamente na pauta de preocupações dos seus partidos a responsabilidade do Estado face aos grupos indígenas. Atualmente, existe no Congresso Nacional uma sub-comissão encarregada de assuntos indígenas. Em 1980 surge uma nova e importante entidade em Brasília. A Sociedade Brasileira de Indigenistas (SBI), de existência curta mas não por isso menos marcada por grandes conflitos. Trata-se de uma entidade formada por indigenistas vinculados ao órgão oficial e que, com sua prática com os índios, tinham adquirido uma forte perspectiva de defesa das nações indígenas a partir da ótica dessas populações. Em meados de 80, praticamente todos os membros da SBI em conflito com a administração da FUNAI, são demitidos por terem subscrito uma carta ao Ministro do Interior onde, entre outras coisas, afirmavam a incompetência do presidente do órgão tutelar e alertavam para a dramaticidade da questão indígena. Esta talvez tenha sido a última grande crise interna que o órgão do Estado passou. Sem dúvida, a saída desses indigenistas acaba por implicar, em última instância, em mais prejuízos para as diversas comunidades indígenas, já que uma das maneiras mais centrais do indigenismo construir-se passa basicamente por uma experiência histórica no tratamento dos problemas daquelas comunidades.

O quadro atual da situação indígena continua, obviamente, sendo dramático. No entanto, dentre todos os grandes e fatais problemas que as diversas nações indígenas vêm atravessando hoje, existem dois da maior relevância, ainda sem uma solução satisfatória e que têm encontrado eco nacional e internacionalmente. Trata-se dos casos nambiquara e yanomami,

Os nambiquara, que no começo do século, contavam aproximadamente 10.000 indivíduos, estão reduzidos a cerca de 600, como resultado do processo de expansão da “nossa” sociedade sobre suas terras, localizadas no Mato Grosso. Hoje, os últimos dos nambiquara encontram-se na iminência de total extermínio, segundo indigenistas e antropólogos, por força da construção da rodovia BR-364 que liga Cuiabá a Porto Velho. De fato, já é por demais veiculado o efeito destruidor dessas grandes obras como estradas e represas hidrelétricas (lembremos Tucuruí, no Pará, e Balbina, no Amazonas)

para as sociedades indígenas que habitam as regiões onde se realizam as construções. Entretanto, nunca é demais lembrar que o desaparecimento de uma sociedade humana inteira (o que obviamente acontece quando desaparecem os últimos dos seus membros) representa um terrível crime contra a humanidade, sem paralelo aos cometidos contra a natureza, como as destruições ecológicas que implicam em desaparecimento de espécies vegetais ou animais. De fato, o desaparecimento de qualquer sociedade humana deve ser visto como o desaparecimento de uma complexa forma de vida, composta por indivíduos concretos, que de maneira nenhuma ressurgirá no Planeta. É isto que está por acontecer com os nambiquara.

Já no que toca aos yanomami ainda se está longe de chegar a este ponto, uma vez que a presença da sociedade brasileira nas terras distantes de Roraima e Amazonas, na fronteira com a Venezuela, é ainda muito pequena. Entretanto ela já se fez e faz notar com a construção, em 1974, da Perimetral Norte (Br-210), que corta o território tradicional yanomami com implicações fatais para esses índios. Além disso, uma grande frente de expansão formada por garimpeiros que vão em busca de grandes jazidas de cassiterita, na Serra dos Surucucus, vai levando esses índios ao quadro típico dos primeiros momentos do contato: depopulação causada por enfermidades como tuberculose e doenças venéreas. Cabe-nos perguntar, o que há de particular com os yanomami que os coloca como um dos focos da atenção indigenista até agora? É justamente o fato desta ser a última das nações indígenas com uma grande população (do lado brasileiro cerca de 8.400 índios) basicamente vivendo de acordo com as suas formas tradicionais. Preocupado com o futuro próximo deste povo, um grupo formou uma 'Comissão Pró-Criação do Parque Indígena Yanomami', com sede em São Paulo. Em 1979, uma proposta de alto nível, com excelente mapeamento geográfico, demográfico e sócio-cultural dos yanomami, foi elaborada por essa comissão que desencadeou uma campanha nacional e internacional pró-parque. O projeto de qualidade irreprochável foi entregue ao Ministério do Interior que até hoje, efetivamente, não providenciou a criação do Parque Indígena.

Colocados, ainda que superficialmente, alguns dos principais movimentos realizados na nossa sociedade, tentemos ver, agora, o outro lado da questão.

AS SOCIEDADES INDÍGENAS

Parece-nos que o fato mais importante que vem acontecendo nos últimos anos é o aumento da consciência dos índios com relação aos seus problemas. Observa-se o aparecimento de várias lideranças saídas de contextos diferentes mas que guardam entre si uma semelhança muito importante e que merece nossa maior atenção. Lutam por duas coisas básicas e relacionadas entre si: a) o direito de ser e continuar sendo índio, isto é, uma sociedade, uma cultura, uma identidade étnica, diferentes da sociedade nacional abrangente; b) o direito de serem sujeitos dos seus próprios destinos, isto é, o que se denomina a auto-determinação das nações indígenas. Estes dois pontos encontram uma mesma resistência por parte do Estado brasileiro, na atual conjuntura e, provavelmente, em outras conjunturas se esbarraria no mesmo problema. O núcleo da resistência do Estado e essas proposições feitas por lideranças indígenas em reuniões que vêm ocorrendo pelo país, é muito mais simples e, talvez por isso, muito mais enraizado do que se possa imaginar. Admitir que os índios são nações distintas da nação brasileira, feriria a soberania nacional. Como se poderia admitir que dentro do país tivéssemos nações distintas que rompem a unidade nacional tanto em termos do território quanto em termos políticos? Aí reside o verdadeiro calcanhar de Aquiles, a partir do qual o Estado brasileiro deve — não é impossível de se imaginar — até classificar como impatriótica a colocação desta questão ao nível de contradições que devemos respeitar, entender e conviver, sob pena de cometermos genocídio ou etnocídio. Não se trata de colocar em xeque a soberania nacional brasileira. Quando se veicula a ideia de ‘nações indígenas’ não é isto que está em jogo. Trata-se sim de considerar as diferenças existentes na nossa realidade social e cultural sem querer desconhecê-las ou apagá-las. Isso é o que vem sendo chamado de **pluralismo cultural** que aponta para a necessidade urgente de saber conviver com as minorias étnicas que compõem uma nação formada num processo de expansão colonial.

A questão do respeito pelo Estado da existência de minorias étnicas com características que se desviam do modelo “ideal” homogeneizador, é pertinente também a formações econômicas que não sofreram um processo colonialista (enquanto objeto) mas que têm sob a mesma nação populações com tradições culturais distintas. Vejam-se os já tão falados casos da Espanha ou da China, entre outros. Claro que em alguns exemplos concretos, coisa

que a pesquisa antropológica e sociológica poderia dizer, alguns dos conflitos que aparecem como questões étnicas ou de minorias étnicas ou sociais, podem estar sendo guiados por questões econômicas que assumem a aparência de étnicas. Tal fato não tira a importância da questão étnica, já que ela seria então a aparência que dá a razão política para os agentes sociais. Chama a atenção, no entanto, para uma investigação ao nível da ideologia de como um conflito econômico pode revestir-se de uma determinada forma que esconde suas razões.

Retomemos o eixo da nossa discussão lançando mão da definição de **pluralismo cultural** que nos dá Roberto Cardoso de Oliveira quem, para chamar a atenção mais ainda para o assunto, propõe a mudança do nome da FUNAI, Fundação Nacional do Índio, para Fundação das Nacionalidades Indígenas (substituindo-se desta forma um colonialismo interno por uma diplomacia interna). A definição de pluralismo cultural dada por este autor é a seguinte: “não apenas a aceitação pela sociedade de uma ideologia pluralista, mas a promoção pelo Estado da diversidade dos modos de ser, isto é, de existir, de fazer e de pensar, como opções tão legítimas quanto aquelas consideradas expressivas do brasileiro moderno, letrado e pre-destinado ao desenvolvimento”.¹⁾

Vejam agora mais de perto outro aspecto importante dos encontros de lideranças indígenas. O ponto que nos interessa é que, nestas reuniões, índios provenientes de diferentes sociedades de várias regiões do país se dão conta de que têm atributos e relações em comum que os constituem numa única e grande categoria formada por elementos diversos e que é definida pela sociedade brasileira: o índio. De certo modo, poder-se-ia dizer que estamos diante da “mesma” categoria índio genérico veiculada na sociedade nacional para designar o “índio brasileiro” e que sabemos tratar-se de um rótulo homogeneizador das diferenças existentes entre as distintas sociedades indígenas que habitam o território brasileiro. Existe, no entanto, uma diferença fundamental nos movimentos que constituíram esta categoria, aparentemente igual, que supomos usada por índios e brancos. O índio genérico foi construído pelo branco através do **desconhecimento das diferenças** que definem a multiplicidade das populações indígenas no território brasileiro e passou, via Estado, a ser um instrumento homogeneizador

1) *CARDOSO de Oliveira, Roberto: Teses sobre o Indigenismo Brasileiro, mimeo, Departamento de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, p. 8.*

de dominação. O **Índio genérico** que supomos existir por trás de organizações feitas por **lideranças indígenas nacionais** (isto é, que cobrem a nação brasileira) como a União das Nações Indígenas (UNIND), é uma categoria construída a partir do reconhecimento de que as diferenças das populações indígenas esbarram num único e mais determinante conflito condensado no feixe de contradições mantidas por estas populações com a sociedade brasileira e seu Estado. Ao reconhecer as diferenças existentes entre os conflitos mantidos entre a sociedade brasileira e os, por exemplo, kaingang, os yanomami, os xavante, as lideranças indígenas foram percebendo que algo de comum existia entre esses conflitos e os unificava: o Estado brasileiro representando segmentos da sociedade brasileira que se expande necessitando transformar as terras indígenas em terras com valor econômico no mercado nacional. Para se contrapor a esta unificação do “lado brasileiro” só restaria a união do “lado indígena”. Muitas diferenças então são pensadas em termos dos problemas comuns – que remete para a questão do índio genérico – mas sem homogeneizar de todo as diferenças, o que nos é sugerido pela persistência da própria concepção de **nações indígenas**, e não de **nação indígena**.

Cabe-nos perguntar, seguindo o espírito deste texto, numa direção muito mais exploratória do que como certeza, se as figuras de **lideranças indígenas nacionais** não remetem para a imagem de **Índio genérico** construída agora a partir dos próprios índios mas que também é veiculada pela sociedade brasileira. Aqui é exemplar a figura do conhecido líder xavante que se tornou tão célebre com a sua atividade política que é candidato a deputado federal por um Estado bastante distante das terras de sua tribo e da maioria das tribos que vivem o cotidiano dos conflitos.

Do lado das diferentes sociedades indígenas, portanto, o que nos parece mais significativo na questão indígena atual é, além da questão das diversas nacionalidades indígenas, o surgimento da figura do **líder índio nacional** e, em torno destas lideranças, o nascimento de uma **federação indígena**. Já nos referimos à UNIND – União das Nações Indígenas. Esta entidade puramente indígena surgiu em Brasília na Semana do Índio de 1980 e foi como que confirmada em Campo Grande (Mato Grosso do Sul) num encontro que reuniu indigenistas e lideranças indígenas. A falta de habilidade com que a FUNAI tem tratado este dado novo mostra bem a importância deste tipo de entidade.

MINORIAS SOCIAIS: ALGUMAS QUESTÕES

Esta última seção nos parece necessária pois chama a atenção para especificidades vinculadas à questão indígena. Diante de certas incompreensões relativas ao seu entendimento e ao seu tratamento como uma minoria social, preocupamo-nos em discutir, ainda que rapidamente, alguns pontos centrais. Deste modo, propomos, como definição passível de ser aperfeiçoada, que consideremos como **minorias sociais** todo grupo na sociedade que está forçado por quem o domina a negar suas formas de existir, produzir e/ou pensar. Um grupo que está obrigado a não ser, (e/ou) a desaparecer, (e/ou) a não estar na história, (e/ou) a se travestir numa forma transfigurada do outro que o domina. Uma definição que se preocupasse com esses aspectos nos permitiria pensar enquanto minorias as que tradicionalmente são incluídas neste rótulo e talvez outras, como, quem sabe, as **crianças**. Gostaríamos de considerar as crianças como uma **minorias social transitória**, já que com a passagem do tempo os indivíduos saem desta categoria e entram para o mundo dos adultos. Talvez sejam uma minoria que se submeta a uma das maiores dominações existentes porque nunca podem ter um seu membro reconhecido como legítimo representante dos seus direitos. O discurso infantil — sempre interpretado por especialistas — não é reconhecido como legítimo a não ser que esteja utilizando quadros de referência dos adultos, quando, então, já deixou de ser infantil.

A questão das minorias nos leva a crer também que o pensamento sociológico tem trabalhado basicamente a seguinte “equação”: o macho + adultos + branco + trabalhador + de dia. Consideremos que muitas coisas importantes para o cotidiano social existem em espaços, em práticas, em interstícios que não encontramos necessariamente nesta “equação” vista como um todo nem em seus termos. Deste modo, somos tentados a pensar uma “matemática” que postule problemas que nos levem a trabalhar o inverso da totalidade da equação ou cada um dos seus termos isoladamente. Pensar: o não-macho + não-adulto + não-branco + não-trabalhador + de noite.

Por outro lado, e finalmente, tomemos a questão de porque para algumas discussões a questão das minorias adquire caráter secundário, de segundo plano e algumas vezes é pensada até como cortina de fumaça para desviar a atenção dos conflitos principais. Parece-nos que a análise de cada minoria social deve engendrar respostas específicas a esta questão. Atenhamo-nos

apenas à questão indígena. No tocante a esta tudo faz crer que tal tipo de raciocínio vincula-se a uma lógica de análise política que quando não é meramente pragmática ou seja, o número de votos que a questão pode proporcionar, parece guiada por um sociologismo ou um reducionismo vinculados a um aspecto quantitativo e a um aspecto qualitativo. No caso específico dos índios o aspecto quantitativo é sempre a alusão ao pequeno número de indivíduos índios em comparação ao número enorme de indivíduos da sociedade brasileira que estão na mesma situação de oprimidos. Diz-se então: são apenas 150, 200 mil índios em contraposição a milhões de operários e camponeses. O aspecto qualitativo deste reducionismo sociológico de que falamos tem duas faces: a primeira, que diz ser inevitável o desaparecimento das sociedades indígenas face ao desenvolvimento do capitalismo no país, deixa de levar em consideração as lutas concretas levadas pelos indígenas no Brasil no sentido de permanecerem sujeitos de si mesmos e da história de suas sociedades. Além disso, em outros países onde o desenvolvimento das forças produtivas alcançou sociedades isoladas com formas “menos” complexas de produção, vários destes grupos seguiram mantendo o que vem sendo chamado de identidade étnica, e têm reagido no cotidiano político-econômico de suas vidas levando em consideração questões étnicas. A segunda face do aspecto qualitativo deste reducionismo sociológico é aquela que diz que índio não é força social transformadora de toda a sociedade, portanto é questão secundária. Para este ponto tanto quanto para o aspecto quantitativo — “são apenas 200 mil índios” — cabe lembrar uma especificidade central no que toca à questão indígena: a contradição que rege esta questão, que é o motor desta questão, seu conflito principal, não resulta numa superação mas numa destruição. O que quer dizer isto? Simplesmente que as sociedades indígenas em contato com a sociedade brasileira correm o risco concreto e evidente de serem destruídas física e culturalmente e não de superar a sociedade brasileira numa síntese mais desenvolvida.

“Estranhamente”, voltamos a bordejar a questão de crimes contra a humanidade.